



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141474 - MG (2021/0013549-0)

**RELATOR** : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
**RECORRENTE** : WESLEY RODRIGUES CHAVES DA ROCHA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por WESLEY RODRIGUES CHAVES DA ROCHA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.576634-8/000).

O recorrente foi preso flagrante em 4/11/2020 pela suposta prática do crime de tráfico de drogas, vindo a custódia a ser convertida em preventiva.

Impetrado prévio writ na origem, o ordem foi denegada.

Sustenta o insurgente que o decreto construtivo seria nulo, pois teria sido tomado de ofício pelo Juiz, sem provocação e careceria de fundamentação.

Aduz que não estaria demonstrada a presença dos requisitos previstos no art. 312 do CPP para a manutenção da custódia operada em seu desfavor.

Alega que, diante das orientações dispostas na Recomendação CNJ n. 62/2020, seria cabível a substituição da custódia pelas cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do custodiado, com ou sem a imposição de medidas cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020.)

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento onde está segregado do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020.)

No caso, a parte insurgente não demonstrou a flagrante ilegalidade na custódia decretada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 107-108):

*"No mesmo sentido, tem-se a Recomendação nº 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça que, também, RECOMENDA aos (e-STJ Fl.106) Documento recebido eletronicamente da origem magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal que considerem a reavaliação*

*das prisões provisórias: Art. 4º Recomendar aos magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas: I –a reavaliação das prisões provisórias, nos termos do art. 316, do Código de Processo Penal, priorizando-se: a) mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até doze anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência ou que se enquadrem no grupo de risco; b) pessoas presas em estabelecimentos penais que estejam com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde lotada no estabelecimento, que estejam sob ordem de interdição, com medidas cautelares determinadas por órgão do sistema de jurisdição internacional, ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus; c) prisões preventivas que tenham excedido o prazo de 90 (noventa) dias ou que estejam relacionadas a crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa; Assim, de uma acurada análise dos documentos infere-se que não há imposição de entendimento ou ordem expressa sobre como deve agir esse Eg. Tribunal de Justiça, o que se tem é uma recomendação. E, na revisão do caso, nesta oportunidade não vislumbrada a necessidade e/ou possibilidade de substituir a prisão preventiva por prisão domiciliar. Assim sendo, não há que se falar em prisão domiciliar, em total e estrita observância ao disposto na Portaria nº 19/PR-TJMG/2020, na Recomendação nº 62 do CNJ e, também, na decisão proferida pelo STJ no HC nº 575.495-MG."*

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência